

INVENÇÃO, HISTORICIDADE E SILENCIAMENTOS NO DISCURSO DE FLORESTANIA

Antonio Maicon Batista Bezerra¹

RESUMO

O presente artigo busca promover uma revisão bibliográfica sobre o discurso de florestania, empreendido pelos governos da Frente Popular do Acre (1999-2018), dando ênfase para as abordagens que versam sobre sua reverberação simbólica, patrimonial e propagandista nos lugares de memória e veículos de informação, fazendo apontamentos e problematizações sobre silenciamentos que ainda permeiam o assunto, lacunas que perpetuam a narrativa totalizante da florestania, impondo distorções memoriais, culturais e identitárias nocivas ao exercício da cidadania. Para dialogarmos sobre a invenção discursiva da florestania percorremos os trabalhos dos seguintes autores: Isac de Souza Guimarães Júnior (2008); José Sávio da Costa Maia (2009); João José Veras de Souza (2016).

Palavras chave: Florestania; Lugares de memória; Ensino de História.

ABSTRACT

This article seeks to promote a bibliographic review on the discourse of Florestania, undertaken by the governments of the Popular Front of Acre (1999-2018), emphasizing the approaches that deal with its symbolic, patrimonial and propagandist reverberation in the places of memory and vehicles of information, making notes and problematizing about silences that still permeate the subject, lacunae gaps that perpetuate the totalizing narrative of forestry, imposing memorial, cultural and identity distortions harmful to the exercise of citizenship. To discuss the discursive invention of forestry, we went through the works of the following authors: Isac de Souza Guimarães Júnior (2008); José Sávio da Costa Maia (2009); João José Veras de Souza (2016).

Keywords: Florestania; Memory places; History teaching.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O jornal eletrônico Acre notícias, no dia 2 de março de 2019, veicula uma matéria que chama atenção pelo tom irônico, “Museu de Tião Viana deve virar museu do fast-food”.² Esse acontecimento aparentemente banal, sucinta certa zombaria ao ex-governador, autor da proposta de criação do “Museu dos Povos Acreanos”, e que fora derrotado politicamente no pleito eleitoral de 2018, ao não conseguir eleger um sucessor partidário.

A intenção de criar um novo museu pode ser entendido como uma forma de reafirmação de um projeto de poder iniciado em 1998, com a eleição de Jorge Viana. A “transformação” do Museu dos Povos Acreanos em Museu do fast-food, aquém dessa face provocativa, expressa

1 Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC (2015-2019), mestrando em Ensino de História e graduando em Ciências Sociais, ambos pela Universidade Federal do Acre – UFAC. É professor da rede estadual de educação do Acre, atuando no Colégio Acreano.

2 **Notícias do Acre**. Rio Branco, Acre. 02 de março de 2019. Disponível em < encurtador.com.br/vPXY9 > acesso em 13 de novembro de 2020.

mais que o fracasso eleitoral em 2018, indica sobremaneira o esgotamento do discurso político da florestania.

Para esse sentido, transbordam evidências do abandono de lugares de fomento cultural, construídos durante os governos petistas com o objetivo de valorizar os povos da floresta. Sintomático do descaso patrimonial pode ser notado em outra notícia, do jornal online, Notícias da Hora, do dia 21 de outubro do ano corrente, que estampa o título “MPF questiona abandono da “Casa dos Povos da Floresta” em Rio Branco”³. A casa dos povos da Floresta abrigava acervos variados sobre as populações tradicionais do Acre, e havia sido construída no bojo do Programa de Desenvolvimento Sustentável empreendido pelo Governo da Floresta. Representava, segundo Moraes, o braço cultural-identitário do discurso florestânico (MORAIS, 2016).

O discurso de valorização das populações tradicionais do Acre, matriz do projeto da florestania, já aparecia enquanto positividade⁴ no discurso político acreano desde 1990, na eleição para governo estadual. De acordo com José Sávio da Costa Maia (2009), desde o governo de Geraldo Mesquita (1975–1979), sucessor de Wanderley Dantas, a questão dos desmatamentos e a violência nos seringais vinha ganhando relevo na preocupação dos governantes. O que lastreava o discurso de valorização dos povos tradicionais e a necessidade de um desenvolvimento sustentável, eram os recentes movimentos sociais de seringueiros, castanheiros e demais trabalhadores da floresta, que reivindicavam a permanência na terra como forma de garantir sua sobrevivência. Essas populações estavam sendo expulsas dos seringais no qual viviam por gerações, frente o avanço agropecuário incentivado pelos governos militares e Wanderley Dantas, governador do Acre entre os anos 1971-1975, como forma de superação da decadência econômica do Acre, após a falência do sistema seringalista (MORAIS, 2016; MAIA, 2009).

Essa pauta instituiu-se efetivamente como discurso de verdade, após o assassinato do líder sindical Chico Mendes, em 1988, focalizando para o estado do Acre os holofotes nacionais e internacionais. Nesse contexto, quem melhor conseguiu construir/reproduzir discursivamente essa temática foi o Partido dos Trabalhadores (PT) – mesmo porque, trazia em seus quadros partidário militantes que atuavam nos movimentos sociais de seringueiros – especialmente após a eleição Jorge Viana, a governador em 1998 (MORAIS, 2016; MAIA, 2009). Assim sendo, “Dez anos após a morte do líder seringueiro, forças políticas que se apresentavam como herdeiras desta tradição sindical e ecológico-ambiental, chegavam à direção do Estado” (MAIA, 2009, p. 225).

A nova administração, sob o slogan de Governo da Floresta, vai mobilizar massivamente uma forte máquina propagandista, valendo-se de plataformas e linguagens extremamente variadas, especialmente os/nos lugares de memória⁵. Para tanto, são utilizados “símbolos [...] como

3 **Notícias do Hora.** Rio Branco, Acre. 21 de outubro de 2020. Disponível em < encurtador.com.br/dpLZ6 > acesso em 13 de novembro de 2020.

4 Entende-se por positividade, conforme determina Foucault (2008), “essa forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico” (2008, p. 144).

5 Quando nos referimos a *lugar de memória*, apreendemo-lo na forma “original” em como o concebeu Pierre Nora em 1984, no artigo Entre memória e História: A problemática dos lugares, ao lançar a extensa coleção em sete volumes de *Les lieux de mémoire* entre 1984 e 1992 (GONÇALVES, 2012). Os lugares de memória pertencem a dois domínios, um oferecido a experiências mais sensíveis o outro por abstrações mais elaboradas. Eles estão organizados, como formula Nora (1993), em três sentidos; material, simbólico e funcional. Podemos considerar um lugar de memória material aqueles que possuem caráter demográfico, quanto ao funcional, inscreve-se os manuais pedagógicos ou dicionários, itens que possibilitam tanto cristalizar as lembranças quanto sua transmissão. Os três aspectos são coexistentes, uma vez que independentemente da sua constituição, só se tornam lugares de

instrumento de legitimação ao realçar características que permitiram associações entre a história dos movimentos sociais (dos quais o Governo da Floresta se coloca como continuador) e as lutas históricas do Acre” (MORAIS, 2016, p. 90).

Essa plataforma discursiva procurava desencadear muito mais que a legitimidade política. Pretendia instituir novas subjetividades, ao mesmo tempo em que se apropriava de memórias e identidades. A essa nascente, e pretendida forma de sociabilidade, deu-se o nome de florestania, dispositivo que após as eleições de 2018, apresenta sinais de esgotamento, mas ainda produz efeitos em lugares específicos, não observados e analisados pelos trabalhos acadêmicos e a crítica em geral. Referimo-nos, especialmente a esfera educacional, no ensino de história, instância de atuação da florestania que tem sido negligenciada.

No presente trabalho pretendemos analisar os múltiplos movimentos que perpassam os processos de constituição, significação e ressignificação da palavra florestania em diferentes produções acadêmicas. Para tanto, serão analisados os seguintes trabalhos: *A construção discursiva da Florestania: Comunicação, identidade e política no Acre*, de Isac de Souza Guimarães Júnior (2008); *A Florestania, o Desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no Vale do Rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas*, por José Sávio da Costa Maia (2009); *Seringalidade: A colonialidade no Acre e os condenados da floresta*, de João José Veras de Souza (2016). Ao longo desse percurso, além de explicitar as linhas gerais de cada obra, faremos problematizações, observações e indicações lacunares.

A FLORESTANIA NA SUA HISTORICIDADE

O discurso da florestania, desde sua primeira enunciação, recebeu inúmeras interpretações, reformulações e ressignificações constituindo assim uma historicidade própria. O historiador Sávio Maia (2009), chama atenção para a dispersão do conceito, que não teria a finalidade de representar apenas as populações da floresta, mas compõe significação mais ampla, por exemplo, a “construção de mecanismos de chegada do Estado até essas populações desassistidas” (2009, p. 275) tanto do campo quanto da cidade.

Cada autor analisado reserva destaque a determinados agentes. João José Veras de Souza (2016), por exemplo, observa os instrumentos modernos coloniais de sujeição e dominação das populações tradicionais; Isac de Souza Guimarães Júnior (2008), por sua vez, escreve sobre a propagação do discurso da florestania na dissertação *A construção discursiva da florestania: Comunicação, identidade e política no Acre*, dando ênfase para a atuação das mídias, especialmente os jornais impressos e digitais. Segundo esse autor, a instrumentalização dos referenciais extrativistas para fins de legitimação política, contou com o papel essencial da mídia para garantir ressonância regional, nacional e internacional (JÚNIOR, 2008).

A centralidade reservada as mídias na difusão e produção do discurso da florestania é justificada, conforme Júnior (2008), pelo avanço das tecnologias da informação, especialmente em formato digital, garantindo a produção e distribuição de conteúdo em ritmo acelerado e massificado. Essa mudança, aliada “ao avanço da ideologia do livre mercado e ao incremento do consumo como elemento estruturador da vida social” (2008, p. 14), propulsiona contatos culturais e sociais que trabalham para a fragmentação das culturas tradicionais, formando uma

memória se envoltos de uma áurea simbólica e se forem objeto de ritual (NORA, 1993).

cultura midiaticizada e mercantilizada, onde cada vez mais, converte-se cultura em economia e economia em cultura, seguindo a lógica do capitalismo tardio (JÚNIOR, 2008).

A florestania, portanto, fazendo uso intensivo das mídias, tinha por finalidade primeira, introduzir as representações culturais e identitárias regionais, inventadas e apropriadas pelo discurso oficial, na zona franca das trocas simbólicas e monetárias, tornando-as área de atuação do mercado. Os referidos “povos da floresta”, como costumavam anunciar os governos da Frente Popular, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, outrora representativos de um fazer diário, associados a memórias, religiosidades, territorialidades e função laboral, passam a figurar como entidades objetificadas e folclorizadas através da standardização do exotismo, da diferença celebrada, transformando-as, figurada e literalmente em grifes, cujo principal traço agregador de mais valia era a convivência harmoniosa e ambientalmente sustentável. Essa venda era justificada à população local sob o argumento de valorização e resgate da identidade acreana (JÚNIOR, 2008).

Essa mercantilização das tradições, muito bem trabalhada por Júnior (2008), é ressaltada com maior ou menor ênfase pelos outros dois autores. Maia (2009), enfatiza a sujeição das demandas locais a agendas externas, instituídas por agências financeiras e ativistas ambientais. Souza (2016), por sua vez, articula esse processo como desdobramento lógico da dominação da colonialidade, representada em esfera local pelo Seringalismo e Seringalidade, que funcionam como “meio pelo qual a máquina de subjetividade manufatura na mente dos condenados - sua memória, sua imaginação e seu conhecimento - a ideologia da mercantilização da natureza como algo natural” (2016, p. 363-364). Indicar a comercialização e objetivação da natureza, significa também atribuir as mesmas ações sobre os sujeitos, suas culturas e identidades, uma vez que a colonialidade moderna age da mesma forma sobre ambos (SOUZA, 2016).

Júnior (2008) explora, inicialmente, os “ramos” da discursividade “florestânica”, do apogeu a crise, partindo do contexto sócio-político das décadas de 1970 e 1980, momento chave para a constituição do núcleo duro das futuras lideranças petistas e da própria criação do discurso de florestania. Na segunda parte da obra, o mencionado autor, explícita as contradições, falseamentos e esgotamento do discurso hegemônico engendrado pela florestania, sempre passando pelo filtro catalisador das mídias, espaço que legitima os porta-vozes para falar em nome do povo, levando ao esvaziamento das funções representativas sociais e políticas (JÚNIOR, 2008). É importante notar aqui, a recorrência desse diagnóstico de enfraquecimento dos espaços políticos decisórios que, conforme Maia, (2009), foram paulatinamente sendo monopolizados e estratificados por pequenos grupos de poder (MAIA, 2009).

Recorrendo novamente a Júnior (2008), percebe-se que esse autor, ao abordar o surgimento do partido dos trabalhadores e a formação do discurso da florestania, oferece um quadro conjuntural que mais justifica que explica a ascensão ao poder e construção do discurso de florestania no Acre. Nesse seguimento, recorre a relatos de decadência cultural, identitária, econômica e moral. Lança mão a termos como, desconexão e imagem de atraso, concordante podemos identificar na seguinte passagem: “Influenciava [...] a imagem de atraso atribuída ao estado, como se estivesse em permanente desconexão com os núcleos modernizados do país. O discurso da florestania, assim, vem ao encontro desse vácuo” (JÚNIOR, 2008, p. 99).

Essa forma decadente de enxergar a Amazônia e suas populações tem recebido inúmeras críticas, especialmente quando percebemos sua longa historicidade, perpassando os explo-

radores coloniais, os viajantes do século XIX e os administradores federais. Souza (2016), tece demoradas críticas a tal perspectiva, onde, por sinal, inclui os governos da florestania como continuadores dessa visão colonial, identificando nas políticas públicas voltadas para os “povos da floresta”, objetivos de

[...] tirar os condenados da condição de miseráveis, face ao apontado déficit material para viver uma vida digna, o que pressupõe classificá-los como tais; tirar os condenados da condição de subdesenvolvidos, face ao apontado déficit especialmente de saber (em razão do atraso técnico-científico), o que pressupõe também classificá-los como tais; (SOUZA, 2016, p. 285).

A explicação/justificação encorada no olhar viciado da racionalidade moderna universalizante, é reforçado por Júnior (2008) nas suas considerações finais. Nelas, o autor admite “que o discurso da florestania se constrói sobre a falta, sobre uma precariedade identitária estrategicamente percebida pelas instâncias de poder” (2008, p. 180).

Percebe-se ao analisar o trabalho construído por Júnior (2008), mesmo compondo um cenário histórico factual muito rico e interpondo argumentação crítica e criativa, há uma inconsistência teórica no uso de alguns conceitos. Ao analisar os empates como afirmação identitária, por exemplo, ele sustenta que “o desenvolvimento de estratégias de luta e o enfrentamento da ordem imposta, o que implicava se organizar como movimento e forjar uma identidade de grupo, uma identidade de resistência” (2008, p. 63). O autor continua a tratar sobre o tema, dizendo que “a relativa inércia a que estavam conformados a vida [...] antes sem a necessidade de organização enquanto grupo, é rompida com o colapso do ordenamento social anterior, gerando a necessidade de se colocar em movimento” (2008, p. 63). A percepção da emergência de identidades e resistências, apenas no contexto de luta por terra, nas décadas de 1970-1980, é embasada no conceito de “identidade de resistência”, formulado por Castells, que “diz respeito àqueles processos desencadeados por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação e exclusão” (JÚNIOR, 2008, p. 21).

Existe nessa elaboração teórica-argumentativa uma incompatibilidade com a trajetória de luta das populações abordadas. Os seringueiros e indígenas, que lutaram nos empates contra a expropriação promovida pela frente agropecuária, se instituíram ou forjaram uma “identidade de resistência”, não foi naquele momento. Promover essa abordagem, implica dizer que ao longo de todo o percurso histórico de trabalho semiescravo nos seringais e perseguição sistemática pelas correrias, sofrido respectivamente por seringueiros e indígenas, não foram capazes de empreender e exercer alguma forma de resistência.

Há, sem dúvida, um reducionismo nessa concepção, turvando o longo processo de resistência de seringueiros e indígenas, que não apenas resistiram - expressão reativa - mas agiram. As vultosas produções acadêmicas, especialmente no campo da história indígena, atestam a combatividade dessas populações. A própria existência do ditado “seringueiro fujão”⁶, citado pelo autor, expressa um ato de resistência, significa dizer que nem todos se submetiam a exploração e desmandos, e mesmo aqueles que permaneciam, os “não fujões”, empreendiam tantas outras formas de se contrapor aos poderes constituídos.

Além das problematizações já desenvolvidas com preceitos teóricos trabalhados por Júnior (2008), compreende-se, também, ser importante dialogar com outras duas categorias utilizadas

⁶ Ver página 53.

pelo mencionado autor, que tornam as abordagens sobre as memórias e identidades, agenciadas pelo discurso da florestania, confusas, não funcionais e as vezes contraditórias. A começar pelo conceito de memória usado na perspectiva de Halbwachs, para quem uma memória existe quase que exclusivamente de entidades coletivas, onde “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2003, p. 69). Por tal compreensão “uma memória apoiada nas experiências de um único indivíduo não resistiria ao seu rigor científico” (VIEIRA; CORÁ, 2012, p. 11). Impossibilitaria, da mesma forma, as visões dissonantes, como aquelas apresentadas por Júnior (2008), que mesmo embebedados pelos ecos hegemônicos da florestania, construíram visões diferentes, a contrapelo da esmagadora coerção social introjetada no conceito de memória de Halbwachs.

Por outro lado, os conceitos de memória adotados não conseguem dar conta da relação/contradição entre memória individual e memória coletiva, as quais Paul Ricoeur (2007), vai chamar de olhar interior e olhar exterior. Sem um arranjo apropriado para tratar essa ambiguidade, Júnior (2008) faz transposições arbitrárias entre as representações individuais e coletivas, se obrigando a usar conceitos deslocados, como o faz com Gilberto Velho (JÚNIOR, 2008).

Apesar das observações, o trabalho produzido por Júnior (2008) nos mostra um desenho eficaz sobre a discursividade da florestania, tocando em vários pontos pertinentes, ou evidenciando outros de forma implícita. A florestania, portanto, para esse autor, vem na tentativa de conciliar a conservação ambiental com a geração de riquezas, através da mobilização organizada e ideológica de signos linguísticos, icônicos e simbólicos, empreendendo um verdadeiro projeto estético, que se apropria das representações e símbolos alheios, dando-lhes em troca o sabor das palavras, o placebo da “verdadeira identidade” – Acreanidade (JÚNIOR, 2008).

As considerações e análises promovidas por Maia (2009) na obra *A Florestania, o Desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no Vale do Rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas*, se afastam significativamente das empreendidas por Júnior (2008) e Souza (2016). O distanciamento ocorre, principalmente, por negligenciar a dimensão cultural e eminentemente discursiva desempenhada pela florestania. Maia (2009) propõe compreender as transformações vivenciadas pelos trabalhadores extrativistas do Vale do Rio Acre, na sua interconexão, em um processo de expansão fronteiriça que além de representar significações físicas, também expressa novas formas de sociabilidade, representadas na relação homem-natureza. O tema da florestania aparecerá como desdobramento do avanço das fronteiras, figurando como processo de superação das contradições pregressas, trazendo encontros e desencontros em uma relação porosa e fluida, digna de comemoração mas também de críticas (MAIA, 2009).

Essas recentes “margens”, especialmente aquelas que manifestam novas ligações entre homem-natureza, trabalham também do sentido inverso, indo das beiradas rumo aos centros. Evidenciar esse refluxo, significa conceber o discurso da florestania, como conceito construído nas vivências cotidianas dos trabalhadores extrativistas nas lutas por posse de terra e reforma agrária. Tal concepção apresenta uma problemática teórico-metodológica que gostaríamos de evidenciar, referimo-nos ao fato de o autor vislumbrar o conceito representacional de florestania como expressão e reflexo do real, segundo esse autor,

[...] esses eventos (organização dos sindicatos, empates, criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, lutas pela criação das RESEXs, militância política e capacidade de encontrar parceiros de fora dos seringais) como aspectos marcantes da construção da flo-

restania, embora ainda não existisse o vocábulo, a linguagem que representasse esse movimento crescente, que daria visibilidade a essas populações não-visíveis anteriormente. Fazemos essa afirmação inicial para negar a primazia de alguns setores governamentais que se posicionam historicamente como “pais” da florestania. (MAIA, 2009, p. 274).

Nota-se, que mesmo usando termos como discurso, invenção, construção e representação, não há uma definição conceitual que explique a utilização dos termos, inclusive florestania, ficando evidente sua aplicabilidade enquanto materialização das vivências. Podemos dizer, seguindo os passos de Durval Muniz (2007), que Maia (2009) comete a “ingenuidade de pensar que a linguagem apenas espelha o objeto da experiência, que pode ser uma instância transparente a dizer as coisas como realmente são” (2007, p. 21). Ao nos depararmos com a invenção linguística de florestania em Maia (2009), temos a impressão que tal conceito “preexiste ao discurso, como algo que, estando oculto, seria revelado ou espelhado pelo discurso do historiador” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 22). Ainda nesse sentido, Candau (2018), assevera a “necessidade de distinguir a proposição como fato e a proposição propriamente dita” (2018, p. 34), geralmente recorre-se a proposição como fato – tal qual o fez Maia (2009) – para atestar a existência de algo, quando esta não passa de um enunciado (CANDAU, 2018).

Mesmo ignorando a florestania enquanto representação e invenção discursiva, focada tanto em legitimar projeto de poder quanto produzir subjetivações, Maia (2009), traz importantes contribuições para compreendermos esse conceito nos seus vínculos intelectuais com agentes exógenos (ONGs, agências de fomento, intelectuais estrangeiros, etc.), especialmente no que tange a influência da ecologia e sustentabilidade, conceitos sobre a qual tratou de diferenciá-los minuciosamente, demonstrando claramente seus vínculos, para além do óbvio, com a florestania, trazendo, além disso, um quadro diversificado das múltiplas relações de força que agiam para definir as ações governamentais e conseqüentemente o significado da florestania.

Dentre os três autores que serviram como referências para os diálogos/problematizações presentes neste texto, aquele que empreende um estudo mais aprofundado e crítico sobre o discurso da florestania, ancorado em suporte teórico bem definido e suficientemente apresentado, foi João José Veras de Souza (2016), na tese de doutoramento *Seringalidade: A colonialidade no Acre e os condenados da floresta*. Utilizando os marcos teóricos proporcionados pela Teoria Crítica Decolonial, Souza (2016) concebe a florestania como expressão local da colonialidade modernizadora, movimento que tem início no século XVI, com os processos de “descobrimientos” das Américas (SOUZA, 2016).

A Colonialidade, conceito central e norteador da análise de Souza (2016), representa o “lado mais escuro da modernidade”, como classifica Mignolo (2017), uma vez que com a invasão e ocupação das Américas pelos europeus, houve o

[...] encobrimento do não-europeu, fora encoberto não só o sujeito, mas seus constitutivos, sua cultura, sua moral, sua fé, suas leis [...] extirpou quase que em absoluto a subjetividade dos povos supostamente em prol do desenvolvimento e da ideia da civilização” (GOMES, 2018, p. 19).

Dessa forma, o sistema moderno mundo colonial age sobre os países ditos subdesenvolvidos ou atrasados sob três eixos: do saber, do ser e do poder promovendo uma atuação repressiva que abrange não apenas os campos político e econômico, mas também confere uma ação de domínio epistêmico (saber) e ontológico (ser) (SOUZA, 2016; OLIVEIRA, 2016).

Ancorado pelo debate decolonial, Souza (2016) percorre os rastros da colonialidade tendo como *locus* privilegiado a região amazônica, espaço vitimado pela visão colonizadora, o qual representará ao longo da história o inferno verde ou o el dourado, questão de importância nacional e/ou ambição internacional. Segundo o autor, a visão hegemônica sobre a Amazônia atualmente, gira no entorno de um projeto desenvolvimentista que procura não mais se apropriar territorialmente da mesma, mas ter o poder de influir sobre seu uso (SOUZA, 2016). É, portanto, num processo de amplitude continental e de longa duração que Souza (2016), insere a problemática da florestania,

todo o território latino americano, seus estados-nações, como o Brasil, suas regiões, como a Amazônia, e unidades federativas, como o Acre, são espaços geopolíticos e epistêmicos nos quais e através dos quais o *sistema mundo moderno colonial* opera a colonialidade nos planos do poder econômicos (exploração da mão de obra e da natureza), do saber (estabelecendo epistemologias dominantes como o desenvolvimento sustentável e toda a carga de saber científico-mercadológico, por exemplo) e do ser (buscando tornar os povos da floresta, para manter-lhes na condição colonial, reprodutores da racionalidade econômica e racial...) (SOUZA, 2016, p. 98).

O Acre, apesar de inserido nesse processo, apresenta contornos específicos a sua formação histórica. Conforme argumenta Souza (2016), a historicidade acreana possui sete momentos coloniais diferentes: o primeiro ocorre nos primeiros contatos “civilizatórios” de ocupação; o segundo, abrange os movimentos migratórios de “nordestinos” rumo ao território que futuramente formaria o estado do Acre; o terceiro, compreende o período da “batalha da borracha”; o quarto, diz respeito ao contexto do Acre território até o Movimento Autonomista; o quinto explica o processo de resistência dos povos da floresta; o sexto, é marcado pelo terceiro ciclo migratório, quando os “paulistas” avançam com a frente agropecuária; e o sétimo, representa o momento onde o estado se alia ao mercado, tratando de garantir a continuidade do domínio epistêmico, ontológico e de poder sobre os “condenados da floresta”⁷, através de dois dispositivos⁸ disciplinares básicos: o desenvolvimento sustentável e a florestania (SOUZA, 2016).

A reconstituição histórica dos sete momentos coloniais definidos por Souza (2016), estão fracionados em dois períodos, sendo o último, correspondente ao sétimo momento colonial, o representante da florestania, intitulado pelo autor por *seringalidade*. Quanto ao primeiro, abrange os seis momentos anteriores, situados como a base histórica do *seringalismo*.⁹ O seringalismo, como padrão local de poder colonial, só pode ser concebido desta maneira pela junção de três elementos básicos, identificados no percurso histórico analisado. Em síntese, são chaves que acionam o padrão de poder colonial moderno: a racialização das populações (nordestinas e indígena), o sistema de aviação e a concentração fundiária.

7 Os condenados da floresta, conforme utiliza Souza (2016), compreende as populações da floresta, essencialmente índios e seringueiros, que foram historicamente sendo transformados em “condenados da floresta”, num processo contínuo de racialização, dominação e inferiorização pelos poderes coloniais. Ver páginas 99-174 e 433-558.

8 O conceito de dispositivo é usado por Souza (2016), como um “conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico”, com funções estratégicas concretas que se inscrevem sempre numa relação de poder e que “resultam do cruzamento de relações de poder e de relações de saber. Ver páginas 237-239.

9 O seringalismo, conforma emprega Souza (2016), configura uma forma de vida social forjada nas relações no interior dos seringais, compreende um “fenômeno histórico, a partir da ocupação sistemática por certos grupos humanos e organizações comerciais no território amazônico objetivando usar a extração do leite da seringueira essencialmente para fins econômico-mercantil” (SOUZA, 2016, p. 224). O seringalismo constitui normas próprias de vida e trabalho “que lhes assegurassem o seu monopólio aos acessos pelo seringueiro à floresta e ao mercado, o controle sobre a sobrevivência alimentar do freguês e a garantia de que ele seria um eterno devedor, [...] maneira eficaz de controlar/dominar/explorar o seringueiro e a sua produção (SOUZA, 2016, p. 225). Ver páginas 174 -220.

Em vista disso, o discurso de florestania para Souza (2016), existe não como expressão discursiva que denota a racionalidade e a vontade de poder pelos grupos locais, estes são apenas os prepostos do sistema moderno mundo colonial. O discurso florestânico não representa o âmago de onde irradia-se os enunciados característicos dos governos da Frente Popular do Acre (povos da floresta, acreanidade, desenvolvimento sustentável, etc.), funciona, isso sim, como dispositivo que atua no campo do poder-saber, afim de legitimar uma agenda desenvolvimentista, cuja materialidade se declara pelo desenvolvimento sustentável. Essa função propagandista, que se apropria do conhecimento histórico, do patrimônio cultural, do ensino e das mídias, busca acima de tudo, manter um *status quo* que se perpetua na região acreana desde o seringalismo.

Os autores, a exceção de Maia (2009), ressaltam os aparatos linguísticos, icônicos, estéticos e arquitetônicos com as quais se serviam de forma intensa e totalizante os agentes do discurso da florestania. Essa estratégia não representava uma tendência generalizada e enraizada na cultura política acreana, mas uma releitura muito astuciosa dos recentes processos de transformação social, de onde retirou-se importantes aprendizados sobre a centralidade da cultura e da estética para a consolidação dos projetos de poder, como fica evidente na fala de António Alves, um dos principais ideólogos do discurso da florestania:

Aqui é necessária uma explicação: ao caracterizar o projeto adversário como sendo da UDR e pecuário-madeireiro, ao mesmo tempo em que caracterizo o nosso projeto como agroextrativista, não estou querendo fazer nenhuma redução economicista. (...) Devemos ter sempre em mente que cada um desses projetos provoca mudanças culturais, ou seja, modifica estilos de vida, hábitos, visões do mundo, destinos. Nossa história mostra que as mudanças sócio-econômicas dos últimos 25 anos apoiaram e foram apoiadas em mudanças culturais. O poder da televisão é visível. Existe uma ética e uma estética próprias em cada um desses projetos. Em resumo, a batalha não é apenas econômica ou política. A formação da consciência e do inconsciente popular é, na verdade, o terreno onde ela acontece. (ALVES, 2004, Apud JÚNIOR, 2008, p. 92-93.

Como parece evidente, a florestania buscava a produção de consenso pela instrumentalização das memórias e identidade, numa estratégia de “subjativação empregadas para produzir uma subjetividade capaz de “funcionar socialmente no domínio da ordem que se deseja estabelecer”. (SARGENTINI, & BARBOSA, 2004, p. 18). Esse objetivo buscava ser alcançado especialmente pelos lugares de memória e pela via educacional, esferas culturais e institucionais fortemente mobilizadas pelos governos da frente popular.

As narrativas, os discursos, as memórias, todos possuem como principal atributo a seletividade, a exclusão e os silenciamentos. Ao transcorrer os sítios de significação cultural da cidade de Rio Branco, Morais (2016), evidencia a tendência em transformar as memórias em discurso metamemorial,¹⁰ tentativas de emplacar enunciados através dos lugares de memória, em favor de um projeto de poder que se pretende total. Ao comentar a proliferação de espaços culturais dedicados a memória após 1999, a autora traz uma fala do ex-governador Jorge Viana, que chama bastante atenção, “é preciso construir mais museus para que as nossas crianças, desde pequenas, conheçam e valorizem a memória de seus antepassados” (VIANA, apud MORAIS, 2016, p. 248).

10 Conforme Candau (2018), a metamemória compreende “uma necessidade da ideia de memória que se manifesta sob múltiplas modalidades nas sociedades modernas. Essa necessidade é indissociável da busca pelo esquecimento que ocorre concomitante ao lembrar” (2018, p. 146).

Essa fala é denotativa de silêncios e lacunas que ainda permeiam o discurso da florestania, mesmo esse assunto sendo bastante abordado e aparentar esgotamento, dado a derrota política dos seus “parteiros”. A florestania ainda se encontra intocado, enquanto lugar de memória em sentido funcional, melhor dizendo, os ecos da discursividade florestânica, apresentam reverberações no mundo educacional, que ainda não foram abordados em trabalhos acadêmicos, nem no ensino de história, tão pouco em trabalhos relacionados a área da educação em geral. Os tentáculos da florestania no contato com a esfera educacional, tem sido evidenciada de forma muito sutil por pesquisadores do assunto, como podemos perceber em Júnior (2008), quando afirma que,

[...] desde 1999 vêm sendo realizadas publicações de revistas, livros, manuais, edições comemorativas, entre outros, na maioria recontando e re-significando eventos da história local, na busca de estabelecer nexos, muitas vezes sutis, entre os atores e acontecimentos do passado com eventos e agentes do presente. (2008, p. 51).

A educação é objeto privilegiado nas ações de dominação e subjetivação dos sujeitos, não atoa, ressalta Foucault (2009), “ Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com saberes e poderes que trazem consigo” (2009, p. 44). O ser da florestania agente do desenvolvimento, conforme expressa Souza (2016) “tem sido inventado - no contexto dos discursos e práticas das planificações governamentais [...] também através dos diversos processos educativos – formais e informais – propugnados e executados pelos sistemas estatais de educação e difusão de informação” (2016, p. 520-521).

Essa “ferida” aberta no campo educativo, sujeita a perpetuar o apagamento dos excluídos da história, recalcar ou promover memórias impedidas e deturpadas, inflamadas pelo discurso metamemorial da florestania, precisa passar por um processo terapêutico, como indica Paul Ricoeur (2007), proporcionado especialmente pelo ensino de história, sem essa terapêutica continuaremos a sofrer com traumas da identidade coletiva, com o excesso de memória ou compulsão por repetição de uma história heroica e excludente (RICOEUR, 2007). Os próprios vestígios deixados nos lugares de memória configuram uma importante saída para abordarmos metodologicamente o discurso da florestania no ensino de história através do estudo do meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos essa empreitada, tínhamos por objetivo encarar o discurso da florestania na sua historicidade, tentando perceber as mudanças, as permanências, as concordâncias e silêncios. Esse percurso guiou-se pelos caminhos construídos pelas obras de alguns autores: *A construção discursiva da Florestania: Comunicação, identidade e política no Acre*, de Isac de Souza Guimarães Júnior (2008); *Seringalidade: A colonialidade no Acre e os condenados da floresta* de João José Veras de Souza (2016) e *A Florestania, o Desenvolvimento (in) sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no Vale do Rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas* por José Sávio da Costa Maia (2009). Além dessas, outras obras nos serviram como “pontes”, “varação”, atalhos e suportes, tanto a afirmar quanto para negar.

Evidenciou-se ao longo dos “varadouros” trilhados a existência de múltiplas florestanias, mesmo os autores concordando em definições básicas, geralmente extraindo sentido das falas dos agentes formuladores do conceito da florestania – cidadania na floresta, vivência harmoniosa, etc. Não obstante, os autores acabam empregando significações próprias, criadas funda-

mentalmente no processo narrativo de escrita da história. Mesmo porque, conforme Paul Veyne (2008), “A história é anedótica. Ela interessa porque narra, assim como o romance” (2008, p. 23), logo, as escolhas dos agentes e objetos a serem ressaltados e evidenciados, encarados como “heróis” ou “vilões”, os conceitos com as quais explicavam os eventos e representações, tudo isso envereda para reformulações e invenções historiográficas. A história não pode ser compreendida em quanto realidade e totalidade, não possui articulação natural, dessa maneira, o que temos acesso são recortes e retalhos, costuras espaço-temporal que criam e recriam eventos.

Como o nosso conhecimento histórico é lacunar e reinventado periodicamente, conforme as demandas do tempo presente, cabe aqui indicar as frestas silenciosas que ainda persistem nas produções que abordam a florestania. Em geral os escritos sobre o tema enfatizam o caráter político e econômico vinculados ao discurso da florestania, outros fazem um importante trabalho apontando e analisando como esse discurso trabalha as formas de representação como identidade, culturas e memórias, todavia, nota-se uma ausência de abordagens que identifique a influência da florestania no campo educacional, especialmente no ensino de história. Uma frutífera empreitada, nesse sentido, seriam os estudos no ensino de história relacionados ao estudo do meio, que teriam o mérito de aproveitar os rastros deixados pela florestania nos lugares de memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru (SP): EDUSC, 2007.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo, Contexto, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____, **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edição Loyola, 2009.
- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ**, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012. Disponível em < <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260> > acesso em 12 de outubro de 20.
- GOMES, Geisiane Anatólia. **Decolonialismo e crítica à história única**: possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2018. Disponível em < encurtador.com.br/uFOVZ > acesso em 15 de outubro de 2.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- JÚNIOR, Isac de Souza Guimarães. **A Construção Discursiva da Florestania**: Comunicação, identidade e política no Acre. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.
- MAIA, José Sávio da Costa. **A Florestania, o Desenvolvimento (in) sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas**. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 32, n.94, 2017. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017> > acesso em 12 de novembro de 2020.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n.10, 1993. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> > acesso em 20 de outubro.
- OLIVEIRA, Camila Klen de. **Breve introdução ao giro decolonial: poder, saber e ser**. II Seminário

Científico da FACIG, Jornada de Iniciação Científica da FACIG. 17 e 18 de novembro de 2016. Disponível em < <https://cutt.ly/ahawW3u> > acesso em 02 de novembro.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SARGENTINI, Vanice & BARBOSA, Pedro Navarro. Foucault e os domínios da Linguagem: discurso, poder, subjetividade. In: _____ (Org). **Foucault e os domínios da Linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. P. 09-23.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: a Colonialidade no Acre e os Condenados da Floresta**. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH, da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, SC, 2016.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história**. Editora UNB, 2008.

VIEIRA, Allan J; CORÁ, Élsio José. **O olhar fenomenológico de Paul Ricoeur sobre a memória**. Revista Pandora Brasil, N. 42, 2012. Disponível em < http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/ricoeur/allan_elsio_memoria.pdf > acesso em 10 de outubro.

Submissão: 12/12/2020

Aprovação: 01/02/2021